

CLIENTE: Letícia Lucas	
DATA DE VEICULAÇÃO: 09/06/2015	VEÍCULO: Jornal Gazeta de Uberlândia
CADERNO: Esportes	ÁREA:
AUTOR:	PÁGINA: 6
TÍTULO: CDL Uberlândia felicita a todos pela decisão sobre impasse dos alvarás de funcionamento do comércio	



CDL Uberlândia felicita a todos pela decisão sobre impasse dos alvarás de funcionamento do comércio

Depois de meses acompanhando a preocupação dos empresários com problemas para renovação dos alvarás ligados a acessibilidade, a CDL Uberlândia, por meio do presidente Cícero Heráldo Neves e da gerente política-institucional Márcia Carneiro, mobilizou todos os órgãos pertinentes, entre eles Prefeitura Municipal de Uberlândia (PMU), Ministério Público e Câmara Municipal de Uberlândia para por um ponto final nesse impasse que incomoda e aflije a maioria dos comerciantes e serviços da cidade.

Pensando na vida das empresas e, conseqüentemente, na economia da cidade, em duas reuniões, a CDL, entidade que representa a classe empresarial, juntamente com o promotor Fabrício Pinto, o Presidente da Câmara Municipal de Uberlândia, Adriano Zago, e os vereadores David Thomaz e Rodi Borges, bem como o vice-prefeito, Paulo Vitello, que no ato representou o prefeito Gilmar Machado, e o secretário municipal de Planejamento Urbano, José Caldeirani, chegaram num consenso reconceitual.

De acordo com Cícero Heráldo Neves, para que os comerciantes instalados em imóveis que não estão adequadas as normas de acessibilidade possam se tornar regulares, a CDL Uberlândia coordenará a confecção de dossiês, um projeto simples que apontará a necessidade da acessibilidade nos estabelecimentos que foram construídos ou reformados antes da promulgação da lei. Por esse motivo, e tendo como apoio a resolução da ONU, que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais e o direito fundamental à acessibilidade, que baliza a lei, cada caso será analisado individualmente.

"Para isso, a entidade reunirá os profissionais os engenheiros e arquitetos que estejam registrados no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU), interessados em desenvolver os projetos que compõem o dossiê de cada imóvel. A CDL entende que ao reunir o maior número de arquitetos e engenheiros interessados em trabalhar nesses projetos técnicos, as chances de negociar o custo dos serviços prestados por eles também poderá ser maior, lembrando que são 12 mil alvarás pendentes. Com essa medida, não pesará tanto no bolso dos comerciantes e prestadores de serviços, que já terão o custo com as obras de adequações", disse o presidente da CDL.

Com o "memorial" ou cadastro com todos os dados dos imóveis e

proprietários, será possível que os técnicos da Prefeitura analisem e apontem os procedimentos e os prazos, considerando caso a caso. A PMU terá um prazo para analisar o dossiê e a partir disso dar ao empresário 6 meses para a regularização do alvará. Enquanto isso, os empresários têm licença para funcionar até que sejam cumpridas as outras etapas. Nesse prazo, se por algum motivo ilícito o imóvel não foi total ou parcialmente adequado, a PMU irá analisar e, se considerar justo, o comerciante poderá ter novo prazo, com licença provisória até resolver. Após seis meses, aqueles estabelecimentos que não se regularizarem por motivo justo poderão ser multados e fechados.

Segundo o promotor Caldeirani, se os processos paralisados de acessibilidade fossem indeferidos, 95% dos estabelecimentos estariam fechados.

Cícero lembrou que o acordo entre as partes só foi possível porque a promotoria, a PMU e a Câmara Municipal se envolveram e entenderam que há interesse em solucionar a questão com seriedade. Houve também o envolvimento e cooperação dos vereadores e do presidente da Câmara, que aprovou um projeto de lei para a concessão de prazo de seis meses para regularização do alvará e outros assuntos pertinentes, ainda no mês de junho para dar apoio jurídico ao acordo e fundamentar os atos.

"O promotor Fabrício Pinto com competência e ponderação, ouviu todos os lados e encontrou caminho razoável e legal, no qual se propôs em validar os trâmites de acordo com a lei. Já o secretário de Planejamento Urbano, José Caldeirani, se dispôs a dar todo apoio e está de portas abertas para receber os empresários com o projeto elaborado para análise e posterior deferimento", disse o presidente da CDL.

Em reunião antecipada à última realizada na CDL, o presidente Cícero Heráldo Neves apresentou o impasse ao Prefeito de Uberlândia, Gilmar Machado, que prontamente apoiou o plano e se colocou à disposição. "Estamos convocando os profissionais que têm interesse em participar desse projeto técnico e se compromete a orientar os comerciantes e prestadores de serviço sobre o procedimento. Caso preferam, que se dirijam à Secretaria de Planejamento da PMU para se adequarem as normas definidas. As portas da CDL sempre estão abertas para ouvir os empresários e encontrar soluções para tudo que represente dificuldades para a evolução da economia e do progresso do setor", concluiu Cícero.